

RUMO AO NORTE - A EMIGRAÇÃO MEXICANA PARA OS ESTADOS UNIDOS

Eduardo Mayone Dias

University of California

RESUMO

O artigo faz uma abordagem global da emigração mexicana para os Estados Unidos da América: perspectiva histórica, razões de partida, o envio de dinheiro para o México, condição dos mexicanos emigrados face à sociedade americana e problemas dos emigrantes mexicanos face às opções da Administração Bush.

ABSTRACT

The paper makes a global boarding of the Mexican emigration for the United States of America: historical perspective, reasons of departure, money sending for Mexico, Mexicans emigrated condition in the American society and problems of the Mexican emigrants in result of the Bush Administration politics.

I. O FLUXO MIGRATÓRIO DE 1848 A 2006

O início da emigração mexicana rumo ao Norte poderia apontar-se para 1848, ano em que se firmou o Tratado de Guadalupe Hidalgo, pelo qual o México se viu forçado a ceder aos Estados Unidos quase metade do seu território, incluindo áreas hoje de intensa presença mexicana como a Califórnia, o Arizona e parte do Novo México. Outra destas áreas marcadas por uma vasta população mexicana é o Texas, que se havia separado do México em 1836, formando uma república independente, e se tornara parte dos Estados Unidos em 1848.

Até 1930 decorreu sem grandes obstáculos a entrada de mexicanos em território norte-americano. Para além da enorme massa de rurais, foram chegando ao longo dos anos membros de todos os níveis sócio-económicos, incluindo, entre 1910 e 1917, muitos fugindo à violência da Revolução Mexicana.

A partir, contudo, da década de 1930 o sentir nacional americano mostrou-se contrário a essa política de “portas abertas” e começaram a ser decretadas limitações a uma imigração quase indiscriminada.

Após a eclosão da Segunda Guerra Mundial acentuou-se nos Estados Unidos a exiguidade de mão-de-obra, causada pelo recrutamento militar. Com o propósito de em parte compensar essa exiguidade firmou-se em 1942 um acordo com o México, conhecido como o Bracero Program, permitindo o envio de trabalhadores mexicanos para zonas agrícolas do Sudoeste americano.

O passo inicial deste programa consistiu em trazer às imediações de Stockton, na Califórnia, algumas centenas de “braceros”, ou seja, trabalhadores braçais, para se dedicarem, sob contrato temporário, à apanha da beterraba utilizada pela indústria açucareira. O escopo em breve se alargou a outras áreas e actividades num sempre crescente número de chegadas. Assim, o jornal *El Paso Herald Post*, no seu número de 28 de Abril de 1956, referia que mais de 80 000 “braceros” cruzavam anualmente a fronteira texana com o fim de se ocuparem em trabalhos de cultivo de tomate, pepino, algodão e outros produtos¹.

As remunerações partiam de trinta centavos por hora, além de casa e comida. Os contratos de trabalho estavam redigidos em inglês e os “braceros” assinavam-nos sem se inteirarem dos seus direitos e das condições de emprego, o que deu lugar a consideráveis abusos².

No seguimento da década de 1950 tanto o volume atingido por esta massa migratória como a introdução de maquinaria impraticabilizando a apanha manual do algodão levaram ao termo do Bracero Program, que teve lugar em 1964. Mais de três milhões de trabalhadores haviam sido admitidos durante 22 anos.

Uma vez expirado o contrato e regressados ao seu país, muitos antigos “braceros” voltavam a passar a fronteira, agora ilegalmente. Foram eles também que industriaram parentes ou conterrâneos sobre oportunidades de emprego, contribuindo assim para um incremento da imigração irregular.

Em 1954, perante o panorama de cerca de um milhão de entradas clandestinas por ano, havia sido lançada a Operation Wetback³ destinada a intensificar a repatriação de indocumentados e a exercer maior vigilância sobre movimentos fronteiriços, acção a que se dedicaram 1.075 agentes de imigração e numerosos corpos policiais. Transeuntes de aparência mexicana foram então abordados nas ruas e intimados a apresentar identificação. Tornaram-se também frequentes as rusgas em locais de trabalho. Durante apenas o primeiro dia desta operação tiveram lugar 4.800 capturas de mexicanos.

A meados desse ano de 1954 mais de 50 000 detenções se haviam já registado só na Califórnia e no Arizona. Num balanço final, perto de 80 000 imi-

¹ Outros empregaram-se até 1945 na manutenção e reparação de linhas férreas.

² Descontos para a Segurança Social, que deveriam ser reembolsados após o termo do contrato, estão ainda hoje sendo disputados.

³ Por “wetback” (“espalda mojada” em espanhol) designa-se o mexicano que entrou no Texas atravessando o Río Grande e, por extensão, qualquer imigrante clandestino oriundo do México.

grantes ilegais encontrados no Sudoeste americano sofreram a deportação. Para isso foi inclusivamente necessário fretar dois navios que efectuaram repetidas viagens entre Port Isabel, no Texas, e o porto mexicano de Veracruz. Ante o pânico que se gerara, um estimado meio milhão de pessoas deixou voluntariamente o país.

Fosse qual fosse o rigor do controlo de fronteira, ao longo dos anos revelou-se imparável a imigração ilegal provinda do México. Quanto à legal, nos últimos anos as autoridades norte-americanas têm dificultado ao máximo a concessão de vistos de residência, e mesmo de turismo, a cidadãos mexicanos.

Nas décadas de 1980 e 1990 deu-se um impressionante incremento de entradas a salto. Assim, segundo um levantamento demográfico norte-americano de Março de 2002 (Current Population Survey – CPS), viviam nesse ano nos Estados Unidos cerca de 5.300.000 imigrantes mexicanos indocumentados. Calculava-se então que um de cada dois residentes desse país se encontrava sem autorização, em contraste com um em cada seis dos restantes cidadãos de outras nações.

Em 2005 estes emigrantes, oriundos principalmente dos estados de Jalisco, Michoacán, Zacatecas, Durango e Oaxaca, representavam 31% da população dos Estados Unidos nascida no estrangeiro⁴.

II. A FRONTEIRA MÉXICO-ESTADOS UNIDOS

A fronteira norte do México estende-se por 3 141 quilómetros e é a mais movimentada do mundo. No sentido oeste-leste tem início entre a pequena povoação californiana de San Ysidro, a sul de San Diego, e a cidade mexicana de Tijuana, com aproximadamente um milhão e meio de habitantes. Prolon-

⁴ Os índices de 1980 e 2000 haviam sido respectivamente 16% e 22%.

gando-se pelos estados norte-americanos de Arizona e Novo México atinge El Paso, no Texas, fronteira a Ciudad Juárez, respectivamente com cerca de 560 000 e 1 200 000 habitantes.

Nascendo nas montanhas de San Juan, no Colorado, o Río Grande ou Río Bravo del Norte banha El Paso e desagua no Golfo do México, perto das cidades de Brownsville, estado do Texas e Matamoros, estado de Tamaulipas, numa extensão de 2 619 quilómetros. O Río Grande constitui pois a continuação da fronteira méxico-americana⁵.

Calcula-se que ocorram por esta fronteira mais de um milhão de entradas legais cada ano, 80% delas por cidadãos mexicanos. Existem numerosos postos fronteiriços ao longo deste trajecto, sendo Tijuana-San Ysidro o mais procurado, levando a contínuos engarrafamentos de trânsito que com frequência duram mais de uma hora. Para uma entrada legal nos Estados Unidos exige-se um visto aos cidadãos mexicanos. Os residentes em zonas fronteiriças podem ter direito a uma autorização de entrada que não exceda uma curta visita a áreas limitadas.

Do lado americano a vigilância encontra-se a cargo da Border Patrol quanto à verificação de passaportes e à U.S. Customs no que diz respeito a questões alfandegárias. A Border Patrol constitui o braço armado do há pouco criado Department of Homeland Security, descendente do antigo Immigration and Naturalization Service. Tradicionalmente encarregado da detecção da imigração clandestina, a esse corpo foi também entregue, após os atentados de 11 de Setembro de 2001, a missão de controlo de entrada de terroristas e de armas de destruição massiva.

⁵ Os estados fronteiriços americanos são Califórnia, Arizona, Novo México e Texas. Opondo-se-lhes do lado mexicano há Baja California Norte, Sonora, Chihuahua, Nuevo León e Tamaulipas.

Dos antigos tempos do patrulhamento a cavalo ou motorizado, este a partir da década de 1930, passou-se a um sofisticadíssimo sistema de vigilância com os mais modernos meios terrestres, aéreos e marítimos, motivado pelo espectacular aumento da imigração ilegal desde a década de 1980. Apesar disso, torna-se inviável deter a grande maioria de entradas clandestinas.

III. MOTIVAÇÕES PARA A EMIGRAÇÃO

A emigração mexicana para os Estados Unidos⁶ deve-se primordialmente ao apelo económico que uma nação mais próspera oferece a outra onde ainda em 2004 se constataria que 11,7% da população vivia abaixo do nível de extrema pobreza e 37% abaixo do nível geral de pobreza. Acrescente-se que por essa época o ingresso anual *per capita* era o equivalente de USD 8 950, em contraste com USD 37 500 no vizinho do Norte. Entre 2000 e 2005 o escalão a nível de pobreza cresceu 1% por ano.

Há de igual modo que atentar, em relação aos números anteriores, a que uma abismal diferença de conseguimento económico existe no México entre uma classe em alto grau opulenta e outra tristemente rondando a miséria.

No que diz respeito aos sectores mais desfavorecidos, durante muitos anos estimou-se que na plataforma salarial mais baixa, o trabalhador mexicano emigrante poderia auferir por hora o equivalente ao que antes ganhava por dia no seu país. Em Dezembro de 2006 este desequilíbrio não se havia em muito alterado.

O salário mínimo no México varia de região para região mas o mais alto correspondia em 2006 a 48,67 pesos diários, ou seja USD 4,57, portanto cerca

⁶ Segundo a CIA, a taxa de emigração no país atinge nos nossos dias um quantitativo de 4,32 por mil habitantes. O México é a segunda nação emissora de emigrantes depois da União Indiana.

de USD 91,40 mensais⁷. Nos Estados Unidos também não se pratica um salário mínimo nacional. Quanto às áreas de intensa concentração mexicana, no Arizona não existe qualquer legislação sobre salário mínimo. Este é de USD 5,15 por hora no Texas e no Novo México, de 6,50 em Illinois e de 6,75 na Califórnia, o estado em que regista um maior número de imigrantes mexicanos. Diga-se portanto que tais valores correspondiam a um vencimento mensal orçando pelos USD 942.00. É lógico, todavia, que o caso do rural sujeito a uma economia de subsistência, não pode ser encarado na base destes índices.

De igual modo, uma motivação para a busca de novos horizontes de bem-estar alia-se ao continuado e intenso crescimento da população, a que um relativamente anémico desenvolvimento económico se mostra incapaz de fazer face. Em 2006 eram 107.784.179 os habitantes, com um grau de natalidade de 20,69 por mil habitantes, frente a um de mortalidade de apenas 4,32.

Também a levar em conta é o facto de, embora a recente imigração mexicana acusar um mais alto nível educativo⁸, um vasto número de recém-chegados ainda se inserir em ocupações que não requerem especial preparação anterior. Nesse campo o abandono escolar ao nível do ensino secundário nos Estados Unidos baixou de tal modo que raros buscam postos de trabalho não-qualificado, que por consequência terão de ser preenchidos por pessoal oriundo de países de limitado grau de literacia, entre os quais o México.

Face a estes valores e mesmo atendendo ao custo de vida⁹, não será difícil conceber como possa ser tão poderoso o aliciante que a vida no “coloso del Norte” oferece aos mais carentes trabalhadores mexicanos.

⁷ No entanto, ao contrário do seu homólogo norte-americano, o trabalhador mexicano tem direito ao “aguinaldo”, ou seja o 13º mês como subsídio natalício.

⁸ No presente regista-se um já apreciável nível de 92,2% de alfabetismo.

⁹ Como ilustação, note-se que numa escala decrescente de valor do custo de vida elaborada pela empresa irlandesa Finfact, Los Angeles figura em 29º lugar e a Cidade do México em 81º.

IV. O LEQUE LABORAL

Em 2005 calculava-se que 14% dos trabalhadores nascidos no México residiam em território americano. A presença deste grupo regista-se a qualquer nível do mercado de trabalho, embora nos mais altos os méxico-americanos, também conhecidos como “chicanos”, predominem sobre os imigrantes.

A grande massa da comunidade imigrada dedica-se no entanto aos trabalhos menos qualificados. Na Califórnia e no Texas é inestimável a sua contribuição para o desenvolvimento agrícola dos dois estados. Quanto todavia às condições de trabalho, é lamentável o que se exige a esses homens e mulheres, sujeitos a labores fisicamente exaustivos e expostos a contaminação por agentes químicos.

A mais intensa concentração mexicana tem lugar em importantes núcleos populacionais, como a Grande Los Angeles, Chicago, Houston e Dallas. Aí são operários fabris ou de construção civil, lava-pratos ou empregados de firmas encarregadas da limpeza de empresas comerciais e edifícios públicos. Ocupações de maior visibilidade são as de jardineiro e empregado de mesa e de hotelaria. Também entre estas se ocupam como caixas de restaurantes de *fast food* ou de supermercados, arrumadores de carros, camionistas e seguranças. As donas de casa habituaram-se a recorrer aos serviços de pintores, canalizadores, electricistas ou biscateiros mexicanos.

A inserção nos níveis menos rentáveis do mercado de trabalho pode em parte ser explicada pelo facto de que 60% dos mexicanos imigrados possuem uma educação inferior ao 12º ano de escolaridade, entre as mais baixas dos diferentes grupos étnicos. Em contraste, nos Estados Unidos a força laboral agrícola, a menos escolarizada da nação, conta com 6,8% dotados de licenciatura ou grau superior.

Ainda que somente 5,5% dos trabalhadores mexicanos nos Estados Unidos possuam um grau universitário, não são infrequentes os que se dedicam à gestão de empresas, ao ensino a todos os níveis, a vendas, ao funcionalismo

público, à medicina e à enfermagem, à banca e a numerosos outros postos especializados do sector terciário.

Muitos abriram restaurantes que vão desde a oferta de uma refinada “nouvelle cuisine” mexicana até outros de carácter popular, servindo sobretudo pratos regionais. Duas importantes cadeias de alimento rápido especializam-se numa linha mexicana, Taco Bell e El Pollo Loco. Ambas agora de propriedade americana, funcionam em regime de franquia e empregam pessoal na sua grande maioria mexicano.

El Pollo Loco teve uma curiosa origem. Nostálgico do frango marinado com sumos de frutas e assado no espeto que sua avó lhe punha na mesa, Juan Francisco Ochoa aproveitou a receita e em 1975 abriu um posto de venda à beira da estrada, na sua pequena povoação natal de Guasave, no Estado de Sinaloa. O produto obteve instantânea aceitação e formaram-se filas de motoristas esperando vez para o adquirir. Em vista do inesperado êxito, Ochoa inaugurou então um restaurante a que deu o nome de El Pollo Loco. Quatro anos depois já era proprietário de outros vinte no Norte do México.

Em 1980 iniciou operações nos Estados Unidos, com uma loja em Los Angeles. De aí a rede estendeu-se a outras cidades da Califórnia, assim como de Arizona, Novo México, Nevada e Texas e chegando mesmo a Chicago, entrando em intensa concorrência com uma empresa congénere, a Kentucky Fried Chicken. Em 1983 El Pollo Loco passou às mãos de Denny’s, uma cadeia de restaurantes de família e posteriormente às de outras corporações americanas¹⁰.

O caso de Juan Francisco Ochoa revela-se algo anómalo na medida em que, ao contrário de milhões de compatriotas chegados em busca de trabalhos humildes, trouxe para território americano um empreendimento comercial já estruturado e de apreciável envergadura.

¹⁰ Humberto Gálvez, também natural do México, criou outra cadeia de *fast food*, Pescado Mojado.

A distribuição da massa trabalhadora mexicana nos Estados Unidos em 2005 ilustrava uma reversão de valores em relação a épocas mais recuadas. A agricultura contava apenas com 8,5% do total, enquanto o comércio (incluindo restauração e hotelaria) empregava cerca de 25%, a manufatura 19%, a construção civil 16,6% e o serviço doméstico 13,8%.

Sob outra perspectiva, os mexicanos representavam nesse ano 28,26% dos trabalhadores fabris, 23% do pessoal de restaurantes e bares e 8,5% nos setores de administração, gestão e vendas. 19,1% ocupavam posições que exigiam considerável precisão, como por exemplo os de reparação.

Um inquérito conduzido pelo Pew Hispanic Center, de Washington, a 4.836 cidadãos mexicanos residentes nos Estados Unidos incidiu sobre solicitantes de matrícula em consulados do seu país. As autoridades mexicanas iniciaram recentemente a emissão de cartões de matrícula consular que podem em muitos casos ser aceites como documento legal de identificação pelas autoridades norte-americanas em lugar da habitual carta de condução. Assume-se portanto que os clandestinos constituíam pelo menos uma vasta maioria dos inquiridos, senão mesmo a sua totalidade.

Esse inquérito denotou que apenas 5% se encontravam em situação de desemprego no seu país. Não haviam encontrado sensível dificuldade em conseguir trabalho, embora 15% houvessem declarado ter de esperar até seis meses pelo primeiro posto e 5% por períodos mais longos. Além disso, as respostas recolhidas apontavam para a instabilidade e baixa remuneração das ocupações obtidas pelos indocumentados.

Os últimos anos abriram novas perspectivas de trabalho. Uma delas é a hotelaria em Nova Iorque, agora ocupando grande número de mexicanos. Também a trágica devastação causada em New Orleans pelo furacão Katrina, de 2005, criou a necessidade de um extensíssimo programa de reconstrução que tem empregado sobretudo pessoal latino-americano, com uma provável participação de 25% de indocumentados. Dos cerca de 5.000 mexicanos que viviam na cidade antes do furacão, passou-se a uns 30.000, vindos sobretudo do Texas.

Em 2002 era de 68,7% a componente masculina da força laboral mexicana nos Estados Unidos, ainda que desde a década de 1970 se houvesse incrementado a chegada de mulheres que iriam encontrar ocupação em especial na agricultura, nas indústrias alimentar e de confecções e no serviço doméstico.

V. AS REMESSAS DOS EMIGRANTES

A seguir à União Indiana, o México é o segundo país receptor de remessas monetárias por emigrantes e o maior no que se refere a envios oriundos dos Estados Unidos. O impacte desta entrada de divisas revela-se decisivo no quadro da economia nacional.

Em 2003 o valor dos envios provenientes dos Estados Unidos correspondeu a 140% dos investimentos estrangeiros e a 75% do valor da exportação de petróleo. No ano seguinte havia aumentado 22%. O volume das quatro principais fontes de entrada de divisas no país, petróleo, turismo, “maquiladoras”¹¹ e remessas, varia de ano para ano mas estas últimas tem chegado a alcançar o primeiro lugar. De facto, o presidente mexicano Vicente Fox admitiu que haviam representado nesse ano de 2003 a maior fonte de ingresso proveniente do estrangeiro, seguida pela exportação de petróleo, pelo turismo e por investimentos. No primeiro semestre de 2006 atingiram quase USD 11.600.000.

Inicialmente os imigrantes costumavam reservar entregas de dinheiro às famílias para a ocasião de visitas ao México, sobretudo na época natalícia, caso em que podiam chegar a trazer consigo 3.000 a 4.000 dólares. Mais tarde desenvolveu-se uma extensa rede de agências que se encarregam deste processo

¹¹ As “maquiladoras” são empresas estrangeiras que podem assumir grande envergadura, localizadas muitas vezes em zonas fronteiriças. Aproveitando-se do baixo custo da mão-de-obra mexicana, recebem matérias primas ou básicas vindas dos Estados Unidos que devolvem na forma de produtos processados.

mediante uma comissão, cobrando cerca de 6% de gastos de envio mas manipulando a seu favor as variações de câmbio entre as duas moedas.

Informatizadas, são responsáveis por um movimento de remessas com uma média de 300 dólares mensais por cliente. Balcões instalados em restaurantes, lojas e outros locais de zonas mexicanas atingem cerca de 4.500 postos receptores no México. Os envios são também efectuados por bancos e pela companhia Western Union mas a quase totalidade dos indocumentados não tem acesso a serviços bancários e prefere recorrer a agências independentes, onde realiza os depósitos a contado.

As remessas de “migradollars” aumentaram todavia desde que os consuldos mexicanos começaram recentemente a emitir cartões de matrícula consular, que permitem a abertura de contas bancárias. Em 2003 cerca de dois milhões e meio destes documentos já eram utilizados.

VI. A MARGINALIDADE

Em termos gerais a comunidade mexicana residente nos Estados Unidos tem demonstrado ser pacífica e ordeira. O seu mais notório desvio da legislação do país de acolhimento é a clandestinidade, aliás motivada por uma muito explicável ânsia de sobrevivência.

A situação económica no México afectou de um modo dramático a acessibilidade ao emprego. A actual explosão populacional não tem sido acompanhada por um correspondente desenvolvimento do mercado de emprego e cada ano mais de um milhão de jovens procura o seu primeiro trabalho. Os baixos salários e a eterna crise dos pequenos e médios empreendimentos rurais levando a um afluxo às cidades, onde não abundam os postos de trabalho não qualificado, são poderosas determinantes para a busca de melhores oportunidades além-fronteira¹², sobretudo pela quase necessária via da clandestinidade.

Segundo o antes mencionado levantamento demográfico norte-americano de Março de 2002 (Current Population Survey - CPS), o México representava a mais volumosa fonte de imigração para os Estados Unidos, com 9.800.000 pessoas, 30% do total.

Mostra-se todavia falível chegar a uma estimativa de quantos destes mexicanos residem em situação ilegal no país. Algumas fontes sugerem cerca de 20% mas a percentagem poderá ser bastante superior. A 12 de Junho de 2005 o jornal USA Today avaliava o número total de ilegais em 6.300.000. Ano e meio depois aludia-se já a 11.000.000. De qualquer modo a contínua chegada de vastíssimo número de ilegais, talvez em tempos recentes numa média de cerca de 350.000 por ano, torna precário qualquer cálculo preciso.

A condição de indocumentado pode resultar do cruzamento de “la línea” longe dos posto de controlo, embora passível também de ser causada por uma estadia além do prazo estabelecido para um visto temporário. Após a fixação em território americano recorre-se com alguma frequência à utilização de documentos falsos, como por exemplo certidão de nascimento, cartão da Segurança Social ou carta de condução.

A obtenção destes documentos não é difícil. Para citar apenas um caso, em Alvarado Street, artéria de Los Angeles, floresce um muito aberto mercado ambulante de documentação forjada, onde com uma meia hora de espera e um módico pagamento de vinte dólares um ilegal tem podido adquirir uma nova identidade. Documentos roubados entram também neste processo.

Não é apenas uma premente necessidade de melhorar o estilo de vida individual ou familiar que leva à migração clandestina. Nos últimos tempos tem-se registado em zonas fronteiriças, como a cidade de Chula Vista, a poucos

¹² Em 1993 a remuneração horária média de um trabalhador fabril representava o correspondente a USD 2,10 no México e 11,70 nos Estados Unidos. Em 2002 estes valores haviam ascendido respectivamente a 2,40 e 15,48.

quilómetros ao sul de San Diego, a insólita fixação de ilegais endinheirados provenientes de Tijuana. Alguns são importantes empresários que dia a dia passam a fronteira para gerir os seus negócios. Receiam pelas suas famílias, dada a alastrante onda de sequestros e assassinatos que têm lugar por todo o México e muito em especial em Tijuana¹³.

Por inércia governamental ou, mais provavelmente, por incapacidade de controlo pelas autoridades perante a imensidade da massa migratória ilícita, a grande maioria desta é, se não aceite face à lei, pelo menos virtualmente tolerada.

Seria de facto inconcebível que, por exemplo, os agentes de imigração não atentassem na muito plausível condição ilegal dos vendedores de laranjas ou de flores postados junto a um semáforo ou dos “jornaleros” que se concentram em locais conhecidos na esperança de conseguir um trabalho de ocasião oferecido pelos empregadores que se lhes acercam de carro.

O indocumentado enfrenta, como é óbvio, uma situação dúbia. Não paga impostos se trabalhar por conta própria ou de empregadores menos escrupulosos¹⁴, os seus filhos frequentam gratuitamente escolas oficiais primárias e secundárias¹⁵ e tem acesso a assistência médica também gratuita em hospitais públicos. Vive contudo num estado de permanente angústia, temendo as rusgas nos locais de trabalho ou um encontro com um agente de imigração em qualquer paragem de autocarro, o que levará ao transporte a um centro de detenção e a uma ordem de deportação. Esta circunstancialidade é em espe-

¹³ É tal o nível de violência afectando esta cidade que o Presidente Felipe Calderón ordenou a princípios de 2007 o envio para aí de 3 000 elementos do Exército e da polícia federal e o desarmamento da polícia municipal, em grande parte conivente com as brutais actividades dos traficantes de droga. Como apontamento anedótico, acrescente-se que mais tarde, frustrados por este desarmamento, muitos agentes começaram a sair para os seus giros munidos de físgas.

¹⁴ Na quase totalidade dos estados devem todavia pagar taxas municipais sobre tudo o que adquirirem, com excepção de medicamentos e alimentos básicos.

¹⁵ Na Califórnia a única documentação exigida para a matrícula escolar é uma prova de residência, como por exemplo um recibo de telefone ou de aluguer de casa.

cial dolorosa para aquele que têm família constituída e mesmo filhos nascidos nos Estados Unidos, portanto detentores de cidadania norte-americana.

Não lhe é concedido o ingresso no sistema de Segurança Social¹⁶ nem permitido obter uma carta de condução, documento que nos Estados Unidos também funciona como bilhete de identidade. Deste modo, milhares de mexicanos conduzem sem ela e sem seguro contra acidentes.

Na Califórnia uma questão candente, que se tem acentuado nos últimos anos, é precisamente a das várias propostas de concessão de cartas de condução a indocumentados apresentadas pelo Senador Estadual Gilbert Cedillo, com toda a energia repudiadas pelos grupos mais conservadores. Uma contraproposta de compromisso foi a da emissão de um novo tipo de carta sem valor como prova de identidade, por sua vez com a maior indignação rejeitada por activistas e pela comunicação social hispânicos como humilhante.

A segurança pessoal é outra preocupação, posto que a vida no “barrio” de uma cidade como Los Angeles ou El Paso pode ser comprometida por assaltos e mais do que tudo por tiroteios entre gangues rivais. Crianças têm sido mortas por balas perdidas dentro de suas casas ou nas suas imediações. Cerca de metade dos gangues existentes no Condado de Los Angeles é constituída por jovens de ambos os sexos com ascendência mexicana.

Estes grupos dedicam-se à venda de marijuana ou de cocaína, a roubos de carros, extorsão e chantagem de lojistas e a outras actividades delituosas. Agindo em áreas urbanas mais desfavorecidas, marcam o seu território com *graffiti* e envolvem-se em lutas a tiro quando grupos adversários¹⁷ lançam incursões por áreas alheias.

¹⁶ O número da Segurança Social funciona como elemento de identificação.

¹⁷ Por todo o país existe também um temível gangue de jovens originários da República de Salvador, a Mara Salvatrucha, além de outros de afro-americanos, asiáticos e arménios. Em zonas suburbanas encontram-se *skinheads* e gangues de motociclistas.

As “pandillas”mexico-americanas, mais de 700 na região de Los Angeles, podem ser compostas por desde menos de uma dezena de membros até várias centenas. Entre as mais belicosas contam-se as da Rua 18, os Playboys e os Culver City Boyz [sic].

Os pais mexicanos temem também as habituais brigas que ocorrem em escolas secundárias entre filhos seus e alunos afro-americanos, sempre de grande proporção e por vezes dirimidas a tiro, com saldo de mortos e feridos.

A amplitude do problema da imigração clandestina manifesta-se impressionante. Do lado do Governo Mexicano têm sido quase simbólicas as tentativas de condicionar a saída dos seus cidadãos. A 7 de Setembro de 2001 o Presidente Vicente Fox foi entrevistado por Jim Lehrer, apresentador televisivo do Public Broadcasting System (PBS). Em resposta a insistentes perguntas de Lehrer sobre progressos obtidos neste campo, Fox sempre tentou dar outro rumo à entrevista ou enveredou por inconsequentes generalidades.

Expôs também as pretensões mexicanas a que os Estados Unidos iniciassem um programa global de legalização dos indocumentados, emocionalmente enfatizando as difíceis circunstâncias em que estes se encontravam. Apenas como resposta a uma última pergunta directa, Fox apontou a necessidade de se instituírem no México estruturas económicas que tornassem desnecessárias as saídas ilegais.

Estas declarações ilustraram a compreensível apatia do Governo Mexicano face à questão, dada a relutância em moderar um fenómeno que representa uma essencial entrada de divisas no país.

No que diz respeito aos sucessivos governos norte-americanos há também a considerar razões económicas, em particular a necessidade de manter uma mão-de-obra de baixo custo mas crucial a variadíssimos níveis. Existe uma generalizada intenção de encontrar uma fórmula salvadora mas não se tem conseguido consenso quanto ao procedimento para achar solução a toda a problemática gerada pela instabilidade de tão volumosa massa migratória.

Torna-se evidente que a repressão só por si não poderá jamais deter o fluxo clandestino ou resolver o caso de milhões de famílias já solidamente inseridas nas estruturas sociais americanas. A amnistia geral exigida pela voz da comunidade mexicana nos Estados Unidos apresenta muito limitadas condições de viabilidade, dada a firme resistência pela maior parte da facção “angla”. Por consequência, o impasse continua.

VI. A LOGÍSTICA DA EMIGRAÇÃO ILEGAL

A logística da emigração a salto é complexa. O potencial imigrante mexicano tentará uma entrada individual ou confiar numa rede de passadores, conhecidos como “coyotes” ou “polleros”. No segundo caso viajará habitualmente de autocarro até Tijuana, Ciudad Juárez ou outro ponto fronteiriço. Durante o trajecto será decerto compelido, uma ou mais vezes, a pagar uma “mordida” à polícia e terá de rodear a pé os postos de inspecção. Cruzada a fronteira, talvez escalando os altos muros divisórios, deparar-se-lhe-á a longa caminhada pela serra ou por zonas inóspitas até atingir alguma estrada onde um veículo o espere para o conduzir ao seu destino. Casos de roubo, agressão, violação e mesmo assassinio por parte dos “coyotes” ocorrem com relativa frequência.

Em muitas ocasiões a passagem da fronteira faz-se por túneis escavados sobretudo para facilitar a entrega de droga. Quando descobertos, alguns mostraram-se extremamente primitivos, apenas com 90 centímetros de largura, enquanto outros de muito mais elevada sofisticação, desembocando em território americano sob edifícios abandonados, alcançam os 900 metros de comprimento. Estes têm podido atingir um metro e oitenta de altura e contar com chão cimentado, energia eléctrica e sistema de ventilação.

Deixou já de se praticar a entrada dentro do porta-bagagens de carros conduzidos por um parente ou por um taxista disposto a essa aventura mediante uma espórtula de quatrocentos dólares. Esse método tornar-se-ia agora mais facilmente detectável por inspectores acompanhados de cães-polícias que percorrem as filas de veículos esperando a vez de passagem.

Alguns tentam atravessar a fronteira na mesma noite da chegada. Outros trabalham por algum tempos do lado mexicano nos empregos que encontrem, amealhando para as despesas da arrancada final. Os passadores levam uns trezentos dólares só por guiarem um clandestino através dos campos até às primeiras casas do lado americano. Até Los Angeles ou outra cidade importará em quatro ou cinco mil dólares.

Por vezes os “coyotes”, depois de embolsado o pagamento, conduzem um grupo até determinado ponto e então gritam que corram, sabendo de antemão que os ingénuos e apavorados “pollos” se vão encontrar com um posto de vigilância da Border Patrol.

No caso daqueles que já têm parentes nos Estados Unidos, é possível combinar uma entrega a domicílio do emigrante contra liquidação do saldo. No entanto não é inédito que nesse caso os “coyotes” decidam aumentar o preço da travessia e retenham os emigrantes, em grupos de vinte ou trinta, num apartamento desprovido das mínimas condições de habitabilidade até serem resgatados por familiares.

Os repetidos insucessos nas tentativas de passagem da fronteira encontraram eco no folclore mexicano, mais especificamente no seu “corrido”, como se pode constatar no seguinte fragmento de um deles:

*Crucé el Río Grande nadando
Sin importarme dos reales.
Me echó la migra pa' fuera
Y fui a caer a Nogales.
Entré por otra frontera
Y que me avientan a Juárez¹⁸.*

¹⁸ O “corrido” mexicano é o homólogo do romance popular da Península Ibérica. No coloquialismo dos imigrantes “migra” refere-se aos serviços norte-americanos de imigração. Nogales, tal como a antes referida Ciudad Juárez, é uma cidade fronteiriça mexicana.

A mais recente estratégia consiste em desembarques nas pequenas ilhas que orlam a costa da Califórnia, desertas com a excepção de Catalina, nas quais a fiscalização se torna mais difícil.

As décadas de 1980 e 1990 caracterizaram-se por uma espectacular subida de entradas clandestinas, a que a Border Patrol respondeu com um aumento dos seus efectivos e a implementação, ano após ano, de mais modernas técnicas de detecção, que entre 1 de Outubro de 2003 e 30 de Abril de 2004 conduziram a 660.390 detenções. A expectativa de uma próxima legalização impulsionou nos anos seguintes estes movimentos, marcados em muitos casos pela chegada de grupos familiares.

O desespero leva a assumir graves riscos. A mais dramática faceta das entradas ilegais é o elevado número de mortes, sobretudo por insolação e desidratação durante as longas travessias do deserto no Arizona sob elevadas temperaturas, num itinerário que já mereceu o nome de Ruta del Diablo.

As mortes devem-se também a outras causas, entre elas acidentes. Estes podem ter lugar quando carrinhas transportando ilegais buscam escapar à perseguição das autoridades. Mulheres e crianças têm perecido por atropelamento ao pretender atravessar a auto-estrada nas proximidades de San Diego. Muitos afogam-se procurando cruzar o Río Grande a vau. De igual modo há que mencionar ocasionais disparos por agentes da Border Patrol.

Torna-se improdutivo tentar determinar o volume preciso destas mortes. Ainda há cadáveres por encontrar e não é muito factível conciliar os dados vindos dos dois lados da fronteira. No entanto mesmo uma muito modesta estimativa apontaria para mais de 2.000 casos através dos anos.

A estrada de acesso ao aeroporto de Tijuana constitui o limite do território mexicano. Ainda há poucos anos a linha divisória entre os dois países ao longo desta estrada consistia ironicamente numa fileira de estacas de uns quarenta centímetros ligadas entre si por uma corda meio apodrecida. Mais tarde ergueu-se uma vedação de madeira de três metros de altura onde foram

afixadas, num macabro testemunho desta tragédia, placas com nomes de mexicanos que acabaram os seus dias na tentativa de penetrar ilicitamente em território americano.

VII. O FALAR IMIGRADO

Na vida diária do imigrante mexicano, sobretudo o oriundo de um ambiente de forte ruralismo, a contiguidade linguística e um novo estilo de vida levaram à emergência de uma híbrida variante do seu falar, conhecida como Spanglish. Nela é mínimo o impacto fonético ou sintático. O léxico revela-se o mais destacado, registando numerosíssimas hispanizações de vocábulos ingleses quase sempre referentes a conceitos e elementos antes desconhecidos ou menos familiares¹⁹.

Exemplos desta variante são “aseguranza”, seguro, por “insurance”, “colegio”, universidade, por “college”, “troca”, camião, por “truck”, “Armada”, Exército, por “Army”, “dona” por “doughnut” ou “mapeadora”, esfregona, por “mop”.

O calão do “barrio” reflecte de igual modo o embate com o falar circundante ou uma camuflagem linguística. O termo “negro”, sugerindo o pejorativo “nigger”, é cuidadosamente evitado e substituído por um eufemístico “moreno” ou por outros mais crípticos como “tubo”, este associando-se à cor das câmaras de ar, “tubes”, “cadillac” ou “maya”. Os “anglos” são os “blancos”, “gabachos”²⁰, “gringos” ou “güeros” (louros). Uma “placa” é um dos *graffiti* com que os gangues adornam paredes e até sinais de trânsito para delimitar o seu território.

¹⁹ O Spanglish é irmão de numerosas outras variantes criadas por grupos alienígenas, incluindo o Portenglish ou Portinglês.

²⁰ Em oposição ao espanhol europeu, em que “gabacho” significa francês.

A gíria prisional inclui “pinta” (penitenciária), “pozo” e “torcida” (prisão), “tor-nillo” (guarda prisional), “pescado” (novato), “parola” (liberdade condicional, de “parole”) e numerosas outras expressões.

Criou-se assim uma “lingua franca” comunitária por vezes de difícil compreensão para o visitante chegado do México ou para o imigrante recente mas inevitável na necessidade de verbalizar conceitos e elementos estranhos.

VIII. UMA MODERADA DISCRIMINAÇÃO

Jamais nos Estados Unidos, em relação aos mexicanos, se assinalou uma tão acérbica discriminação como a praticada contra os afro-americanos. Hoje em dia a legislação federal é particularmente severa quanto a delitos motivados por ódio racial ou étnico. Mesmo abstraindo desta severidade, o emigrante mexicano ou o cidadão méxico-americano são bem aceites pela sociedade americana, onde têm chegado a ocupar posições de relevo em sectores como a economia, as artes, a educação, os espectáculos, o desporto e mesmo a política.

Nos anos anteriores à década de 1960, época esta marcada pelo aparecimento do activismo na promoção de direitos civis, nem sempre o ambiente se mostrou tão auspicioso. Com mais incidência no Texas do que em outros estados, atitudes discriminatórias anti-mexicanas, tanto pessoais como colectivas e mesmo oficiais, não escassearam.

Neste estado não se praticou um sistema equivalente ao de “whites only” em salas de espera, instalações sanitárias ou assentos de transportes públicos mas puderam observar-se nas fachadas de vários restaurantes letrados como “No Mexicans Allowed” ou o mais insultuoso “No Mexicans or Dogs”. Uma atitude de superioridade levou a considerar os mexicanos como cidadãos de segunda classe, incapazes de ascender a níveis sociais e culturais acessíveis apenas a “anglos”. Nesta linha, no ensino secundário por muito tempo os conselheiros escolares tendiam a encaminhar os alunos de apeli-

do espanhol a cursos propícios a uma pronta inserção no mercado de trabalho após a conclusão da escolaridade obrigatória e portanto de moderada rentabilidade, como por exemplo mecânica de automóveis, dissuadindo-os assim de uma opção por outras matérias que permitissem o acesso à universidade. Um destes alunos foi Julian Nava, oriundo de uma família de escassíssimos recursos económicos. Julián, contudo, resistiu e acabou por conseguir uma licenciatura e depois um doutoramento na elitista Universidade de Harvard. Tornou-se então professor universitário e mais tarde foi nomeado embaixador dos Estados Unidos no México.

Também a direcção de um distrito escolar da Califórnia chegou ao ponto de proibir a matrícula de crianças mexicanas em escolas frequentadas por alunos “anglos”.

No presente o tratamento recebido pela comunidade mexicana tem-se mostrado muito mais compreensivo e respeitoso. Obviamente um maior ou menor grau de discriminação de variado carácter e de variada intensidade pode ser observado em qualquer sociedade. Parecem todavia algo desproporcionadas as contínuas acusações de racismo e discriminação lançadas a este respeito por organizações defensoras de direitos civis, meios de comunicação hispânicos nos Estados Unidos e mesmo membros do Governo Mexicano.

O conceito de discriminação pode decerto mostrar-se passível de diferentes interpretações. Assim, por exemplo, algumas fontes mexicanas olham como discriminatórios certos factores, entre eles os baixos salários e pesados horários de trabalho que afectam grande parte da massa trabalhadora oriunda do México, sem considerar que essas circunstâncias não se aplicam a uma determinada etnia mas a qualquer segmento da mão-de-obra que revele uma falta de habilitações escolares ou profissionais, tal como uma deficiência de comunicação linguística.

IX. O GOVERNO BUSH E O PROBLEMA MIGRATÓRIO

O primeiro Governo do Presidente George W. Bush, constituído no ano 2001, herdou uma caótica situação no que diz respeito ao vasto número de indocumentados, em grande parte de origem mexicana, que se fixara nos Estados Unidos.

Sucessivos projectos de reduzir a imigração ilegal não haviam obtido significativo e continuado êxito. Em 1993 fora lançada na zona de El Paso a operação Hold the Line. Uma aparatosa exibição de força concentrada em áreas específicas resultou por algum tempo numa drástica redução do número de detenções de ilegais, o que levou a Border Patrol a empregar métodos semelhantes no sector de San Diego, responsável por mais de metade das entradas clandestinas. Seguiu-se-lhe em 1994 a operação Gatekeeper, que provocou uma diminuição de 75% das entradas nos anos seguintes.

De carácter regional, estas iniciativas conduziram acima de tudo a uma preferência pelos clandestinos por áreas menos povoadas. Optou-se então pela alternativa de penetração em território americano através do deserto ou das montanhas do Arizona.

Após os atentados terroristas de 11 de Setembro de 2001 o Governo Bush revelou-se preocupado com a possível infiltração de agentes estrangeiros pela fronteira sul. Uma funda modernização dos métodos empregados pela Border Patrol foi então adoptada, com o acesso uma tecnologia de ponta para o controlo de movimentos ilícitos. Contudo, tanto no seu primeiro mandato como no corrente, Bush não tem provado capacidade de apresentar consistentes propostas para o termo ou pelo menos alívio desta tão problemática questão.

A 7 de Janeiro de 2004 o Presidente anunciou um plano para remodelação da política migratória do seu Governo, prometendo estatuto legal a milhões de imigrantes através de um programa de trabalho temporário, apontando a necessidade de maior eficiência no controlo das entradas de estrangeiros e opondo-se a uma amnistia generalizada.

A proposta estava marcada por evidente irrealismo, posto que a concessão de vistos de trabalho válidos por três anos, susceptíveis de serem transformados em vistos permanentes mas não preferenciais, pouco ou nada teria que ver com a situação do descomunal volume de indocumentados, na sua maioria já de firmes raízes no país. Tratava-se de certo modo de uma reanimação do Bracero Program, mas as circunstâncias haviam antipodicamente cambiado e o Plano Bush mostrava-se em absoluto alheio à essência do problema. Além do mais, qualquer eficaz processo de limitação de entradas ilegais demonstraria ser inviável em face da exiguidade de recursos humanos necessários para um global policiamento.

O repúdio à amnistia imediata e generalizada, tão insistentemente exigida pela comunidade mexicana, entre outras, aparenta ser mais acertado. Apresentar-se-iam por um lado monumentais os procedimentos logísticos que tal empresa implicaria e por outro seria quase insuperável a resistência de poderosas forças políticas de direita a um projecto de tal magnitude.

O bloco mexicano tornava-se inquieto e insatisfeito perante o imobilismo governamental. As manifestações de oposição começaram a suceder-se entre Abril e Junho de 2006. A 1 de Maio tivera lugar um boicote de contestação consistindo para esse dia na ausência aos postos de trabalho e às aulas pela comunidade mexicana, assim como em abstenção de compras. O propósito era evidenciar como a falta de participação de mexicanos afectaria a vida urbana diária do país²¹.

Gigantescos movimentos de protesto contra a actual legislação migratória também ocorreram em várias cidades. Em Chicago os manifestantes foram

²¹ Um filme americano de 2004, *A Day without a Mexican*, abordava este aspecto, ilustrando a enorme importância do trabalho mexicano na vida diária americana. Uma manhã a Califórnia acordava sem mexicanos. Quatro milhões tinham simplesmente desaparecido. Os restaurantes estão fechados, as empregadas domésticas não se apresentam ao trabalho, os serviços básicos não funcionam, e toda a actividade se paralisa.

300 000. Nova Iorque assistiu à formação de cadeias humanas em alguns bairros. Taxistas de Los Angeles propuseram-se bloquear as entradas do aeroporto internacional da cidade enquanto camionistas barraram com os seus veículos o acesso ao porto.

No início os manifestantes ostentavam bandeiras mexicanas e de países centro-americanos mas prontamente se deram conta de que a atitude podia criar a imagem de uma intervenção estrangeira na política nacional e em breve as bandeiras foram substituídas por outras americanas, mais sugestivas de um desejo de integração no sistema.

A comunicação social hispanófono do Sudoeste americano tem também apoiado as reivindicações dos indocumentados. Com muita frequência, num consciente ou subconsciente desejo de minimizar a faceta da clandestinidade, utiliza o termo genérico “inmigrante” ao referir-se a este estrato.

Uma causa célebre, que mereceu particular destaque nos meios de comunicação, foi desencadeada por uma imigrante ilegal mexicana, Elvira Arellano, com um filho de sete anos nascido nos Estados Unidos. Ante uma ordem de prisão que a levaria a ser deportada e separada do filho, em Agosto de 2006 buscou refúgio numa igreja metodista de Chicago, onde ainda se encontrava a princípios de 2007.

Embora com jurisdição para o fazer, o serviço ICE (Immigration and Customs Enforcement) tem-se absterido de penetrar no templo para proceder à detenção, talvez temendo uma muito desfavorável reacção da opinião pública, já que a comunidade mexicana, tradicionalmente abúlica, se ia entrementes mostrando cada vez mais consciente dos seus direitos e activa na sua luta por eles.

Com a finalidade de se obter uma almejada contenção das entradas clandestinas foi em 2006 proposta a construção de uma supostamente intransponível barreira, a ser erguida em certas áreas da fronteira entre os dois países. A Resolução 6061, denominada Security Fence Act of 2006, foi apresentada a 13 de Setembro desse ano à Câmara de Deputados, onde então o Partido

Republicano detinha a maioria, e aprovada no dia seguinte por 283 votos contra 138. A confirmação pelo Senado, também dominado pelo Partido Republicano, veio a 29 do mesmo mês por 80 votos contra 19. A Câmara de Deputados não aclarou todavia de onde proviriam os fundos aprovados.

Orçamentado em 700 000 000 dólares, este projecto prevê a construção de 370 milhas (cerca de 592 quilómetros) de barreira dupla ou tripla nos sectores de maior penetração ilegal, em particular San Diego e El Paso, além de 500 milhas (cerca de 800 quilómetros) de pilares de cimento armado, como obstáculo à passagem de veículos. Na realidade só uma zona fronteiriça com perto de 100 quilómetros seria de facto relativamente bem protegida. Uns 35 quilómetros no sector de San Diego seriam os mais fortificados.

A barreira começou já a ser levantada, com a colaboração de unidades de engenharia da Guarda Nacional, posto que o Presidente Bush havia autorizado a deslocação para a fronteira sul de 6 000 efectivos desta corporação. O contingente recebeu ordens de não entrar em contacto físico com os clandestinos nem de utilizar armas, excepto em legítima defesa, ocupando-se apenas em trabalhos de construção e outros serviços básicos.

O eco desta iniciativa foi imediato. Diversos sectores americanos negaram a utilidade do plano, aventando que serviria apenas para afirmar à opinião pública nacional a segurança das fronteiras. Um levantamento organizado pela estação televisiva CNN indicou que a maioria dos inquiridos preferia que os fundos aprovados se destinassem ao aumento dos efectivos da Border Patrol e não à construção da barreira.

Do outro lado do quadro político, com o objectivo de apoiar a Border Patrol na sua missão, criou-se o Minuteman Project²², uma organização de voluntá-

²² A designação deste grupo foi inspirada pela existência dos Minutemen, membros de unidades militares que em Massachusetts desde o século XVII mas sobretudo durante a Revolução Americana se distinguiam por entrar em acção dentro de um minuto, após um rebate.

rios, cerca de um quarto deles com experiência militar. Portadores de armas os que para isso possuem a respectiva licença, não intervêm directamente nas incursões dos indocumentados mas informam as autoridades de movimentos detectados, actuando em equipas de quatro a oito elementos a partir de postos de observação distanciados de 200 a 300 metros uns dos outros.

Empenhados também em chamar a atenção pública para uma alegadamente prejudicial presença de ilegais no país, comparecem com bandeiras americanas e pancartas nas manifestações de activistas hispânicos, o que provoca uma forte animosidade por parte destes.

Dado o seu cariz direitista, os Minutemen têm sido muito atacados tanto pela imprensa liberal como por organizações mexicanas e acusados de fascistas, racistas e até assassinos, ainda que a sua actuação se haja desenvolvido a um nível absolutamente legal.

No México surge de imediato uma reacção muito negativa ao projecto da barreira. O Governo mexicano alega que esta representa uma humilhação à escala nacional e que a sua construção prejudicará as boas relações entre os dois países. O furor chegou a tal ponto que conseguiu, quanto a este aspecto, o consenso das três principais facções da política mexicana, que se estavam ferozmente digladiando.

O Presidente Vicente Fox considerou vergonhoso o projecto e opinou que não serviria para nada. Indagado então por um entrevistador sobre que medidas o Governo mexicano havia tomado para reprimir as saídas ilegais, lançou a retórica pergunta (e de óbvio apelo emocional) de como se pode reprimir o desejo de melhoramento.

Também o seu sucessor na presidência desde 1 de Dezembro de 2006, Felipe Calderón, caracterizou a barreira como um “grave error que llevará a más muertes”. No caso dos dois presidentes, e por certo do Governo Mexicano em geral, estas atitudes tomam uma feição mais pragmática do que emocional. Uma barreira que de facto impedisse uma substancial parte da emi-

gração, sabe-se bem, privaria o país de uma das suas mais valiosas fontes de divisas.

Por todo o país se generalizou uma vaga de repulsa à barreira, classificada como uma nova Cortina de Ferro. Em Ciudad Juárez, a 4 de Outubro de 2006, centenas de mexicanos e norte-americanos bloquearam a ponte internacional e desfilaram pelo centro da cidade gritando “El muro va a caer. Bush también”.

Esses sentimentos dominaram de igual modo grande parte da imprensa. El Universal de 15 de Outubro de 2006 apodava o projecto de “el muro de la muerte”. Cinco dias depois, La Jornada, periódico de esquerda, enfatizava a reacção de organizações de imigrantes mexicanos nos Estados Unidos e o seu repúdio a uma militarização da fronteira.

A publicação electrónica La Revista Peninsular, semanário político do estado de Yucatán, na edição de 23 de Outubro de 2006, atribuiu ao seu primeiro artigo o cabeçalho de “El muro de la frontera: monumento a la xenofobia y al racismo”. Por outro lado, a Reforma condenava a faceta militar do projecto, que levaria a uma fronteira fortificada.

A polémica continua pelas primeiras semanas de 2007, ainda indecisa, já que será contingente prever como ao respeito actuará o Congresso dos Estados Unidos, agora de maioria democrata.

UM BALANÇO FINAL

A vultosa presença mexicana nos Estados Unidos reveste-se de um complexo somatório de anomalias e contradições. Para começar, o México é a única nação terceiromundista a partilhar a sua fronteira com outra nação primeiromundista, numa gritante desigualdade sócio-económica. Trata-se aliás de uma extensíssima fronteira, cuja porosidade desafia qualquer pretensão de uma impermeável muralha divisória.

À generalizada apetência mexicana por uma vantajosa fixação no país vizinho opõe-se uma rígida mas quase inexequível legislação americana orientada no sentido de preservar um equilíbrio demográfico. Este embate torna-se óbvio quanto às respectivas políticas nacionais. No que concerne a uma potencial conjugação de esforços, a Casa Branca insiste, ainda que ingloriamente, na manutenção da legalidade, ao passo que de Los Pinos chega uma ambígua mensagem de aparente complacência mas na verdade de uma funcional apatia.

Jamais no seu passado o Governo Americano se havia enfrentado a uma situação migratória de tal intrincada natureza e de tão preocupantes proporções. Divergências entre conservadores e liberais, assim como a quase irreduzibilidade entre os anelos emigrantes e o inérrico apego oficial à lei vigente têm por décadas impossibilitado uma aceitável fórmula de entendimento.

A questão mexicana integra-se evidentemente num largo quadro migratório. Dentro da galáxia de grupos nacionais e mesmo étnicos, esta questão representa todavia a componente mais homogénea e mais significativa deste quadro. No sentir popular, imigrante e mexicano começam a assumir uma qualidade de sinónimos.

A viragem do século acentuou a acuidade e a urgência do problema, impondo pressões cada vez mais intensas. O presente clima político americano poderá favorecer, se não uma solução definitiva, pelo menos um sensato encaminhamento para ela. As eleições legislativas de Novembro de 2006 resultaram num Congresso dominado pelo Partido Democrata. A Câmara de Deputados está agora presidida por uma destacada activista, Nancy Pelosi²³,

²³ Oriunda de uma família ítalo-americana, Nancy Pelosi nasceu em Baltimore no ano de 1940. Licenciada por uma universidade católica de Washington, enveredou por uma carreira política nas fileiras do Partido Democrata. É presentemente deputada por San Francisco e Presidente (Speaker of the House) da Câmara de Deputados. Juntamente com o seu marido é detentora de uma fortuna avaliada em vinte e cinco milhões de dólares.

que decerto se oporá com todo o vigor aos intentos do Presidente Bush, em especial no que diz respeito à barreira fronteiriça²⁴. Convictamente ou não, talvez apenas forçado por uma realidade a ele adversa, Bush tem proposto um inesperado plano de cooperação com os seus opositores.

Do lado oficial mexicano, pouco de positivo se poderá esperar para um desejado acordo migratório. É bem sabido que o acesso ao emprego nos Estados Unidos constitui uma aliciante válvula de escape para a economia nacional. A emigração representa assim um elemento moderador de possíveis agitações sociais no país e, em retrospectiva, a actuação do ex-Presidente Fox pode ser admitida como justificável na sua compatibilidade com os interesses da nação.

Sem embargo, durante o sexénio em que ocupou o poder, Fox assumiu a quase quixotesca atitude, se não patente pelo menos implicitamente, de exigir uma amnistia geral para os indocumentados e uma fronteira aberta, sem restrições à entrada de mexicanos, pretensões reveladoras de lamentável falta de realismo. Uma amnistia geral, o que já foi classificado como importação de pobreza, seria impensável sob o ponto de vista americano. O mesmo se poderia dizer da abolição de fronteiras. O actual Presidente, Felipe Calderón, tem demonstrado uma política construtiva mas ainda não ofereceu concretas alternativas ao impasse migratório.

Dentro dos Estados Unidos, tanto na comunidade “angla” como na imigrada, avoluma-se, embora por distintas razões, o inconformismo com a presente situação de clandestinidade de milhões de habitantes. Torna-se mais e mais claro que o rumo futuro da comunidade mexicana, a par de outras, se encontra grandemente nas mãos do novo Congresso americano. O que poderá ele legislar a este respeito? É lógico que qualquer solução de relativa

²⁴ No discurso anual do Estado da União, pronunciado a 23 de Janeiro de 2007, o Presidente Bush não insistiu na questão da barreira divisória, limitando-se a repetir o propósito de um acordo migratório baseado num sistema de vistos temporários de trabalho.

viabilidade teria de ser bipartida. Haveria que regularizar a massa existente e encontrar um efectivo método de comprimir novas entradas ilícitas, já que tanto o ICE em termos gerais como a sua subsidiária Border Patrol se têm mostrado impotentes para deter este fluxo.

Começam a surgir indicações de que na câmara baixa se possa alcançar uma plataforma de compromisso entre republicanos e democratas, ambos insatisfeitos com a actual legislação tolerante da ilegalidade. Por enquanto, contudo, não se define uma satisfatória orientação.

Um esquema semelhante ao dos *Gastarbeiter* europeus, embora mais articulado do que o projecto Bush, seria talvez aceitável ao Congresso como medida transitória. Contra a sensibilidade nacional iria, como em alguns casos se tentou fazer, limitar o acesso a postos de trabalho pela entrega da verificação de um estatuto migratório legal à responsabilidade dos empregadores e deste modo reduzir as expectativas dos que no México aspiram a uma vida mais próspera.

É universalmente reconhecido que os trabalhadores mexicanos, diligentes, passivos, complacentes com adversas condições laborais e baixos salários, são indispensáveis ao progresso da economia americana. Será no entanto falível determinar até que ponto a torrente migratória resultante de uma possível liberalização da lei permitiria a sua absorção pelo mercado de trabalho. De momento uma amnistia geral parece inaceitável pelos escalões mais tradicionalistas²⁵.

Cruciais decisões terão por força de ser tomadas. Sejam elas quais forem, torna-se difícil conceber que levem a uma séria restrição do irresistível magnetismo do “American dream”.

²⁵ Como exemplo cite-se, do lado mexicano imigrante, o lançamento em Janeiro de 2007 da campanha “Ya es hora”. Este movimento destina-se a motivar a naturalização de um milhão de imigrantes em situação legal antes das eleições presidenciais americanas de 2008. O seu direito ao voto poderia evidentemente implicar uma muito mais favorável concretização das aspirações comunitárias.